

Declaração de voto
(da Deputada Perpétua Almeida e outros)

A apreciação dos vetos é uma tarefa importante do Congresso Nacional. Impede que o Executivo legisle sem a participação do parlamento, que deve dar sempre a palavra final da definição das leis.

Hoje foi feito um acordo para derrubada de alguns vetos, porque a maior parte deles somente será apreciada na próxima semana. Estão no acordo para serem derrubados, ressaltamos:

- os relacionados ao Recine. O Congresso prorrogou os mecanismos de incentivo ao setor audiovisual que se expiraram em 2019. Vamos derrubar esse veto para fortalecer esse segmento;
- a regulamentação da Telemedicina. O Congresso determinou que o Conselho Federal de Medicina possa regular a telemedicina para o período pós-pandemia. Uma importante medida complementar para a Saúde. Vamos derrubar o veto do governo em relação à telemedicina;
- os vetos do Crédito Rural. O projeto amplia condições para o crédito rural ao conceder maior segurança às instituições financeiras. Os vetos que serão derrubados favorecem o produtor pessoa física e o agricultor familiar, reduz taxas cartoriais para o setor, reduz a tributação de biocombustíveis e amplia as medidas de incentivo a Eficiência Energético-Ambiental.

Também foi acordada a derrubada, após a votação pelo SF, de outros dois vetos, entre eles o relacionado à regulamentação da profissão de historiador.

Irá a voto a inexigibilidade licitação serviços advocatícios.

Gostaríamos que um acordo mais abrangente, que envolvesse a derrubada de mais vetos. As sessões recentes do Congresso Nacional demonstraram como é difícil derrubar vetos. Esse acordo foi o possível de ser construído nesse momento.

Deixamos registrado que entre os vetos que serão mantidos, o voto dos deputados da bancada do PCdoB seria pela derrubada dos seguintes vetos:

- VETO TOTAL Nº 58/2019, ao PL 4365/16, que altera que a lei do motorista profissional para instituir o direito a programas permanentes de medicina do trabalho para avaliação periódica de saúde. O direito à medicina ocupacional já é lei, o projeto apenas disciplina que deve ser permanente e que regulamento disporá sobre as diretrizes, a periodicidade e o escopo da avaliação de saúde;
- VETO PARCIAL Nº 60/2019, que envolve alterações na lei de informática;
- VETO PARCIAL Nº 61/2019, que envolve o PPA, o veto exclui das diretrizes a persecução das metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas. O veto desconsidera a importância diplomática e política dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas.
- VETO PARCIAL Nº 2/2020, esses vetos desobrigam as empresas de cinemas de exibirem uma sessão mensal para pessoas com transtorno do espectro autista, com recursos de acessibilidade;
- VETO PARCIAL Nº 3/2020, que envolve a definição de vulnerabilidade social para beneficiários do Benefício de Prestação Continuada e assegura a idosos e pessoas com deficiência que não conseguem sobreviver o valor de até 1/2 salário mínimo. Impede a suspensão do recebimento de auxílio doença, a redução de aposentadorias e pensões até o final da situação de calamidade pública pela COVID.
- VETO TOTAL Nº 7/2020, o dispositivo vetado dispensa o atestado médico de saúde do empregado que deve se submeter à medida de quarentena nos primeiros 7 dias de doença, com o propósito de evitar a proliferação da doença rapidamente por meio da redução de entraves burocráticos e comprovação para o isolamento do empregado com suspeita de COVID-19.



- VETO TOTAL Nº 8/2020, veto total ao PL 44/2018, que destina os recursos provenientes da venda de veículos apreendidos em leilões para a área de segurança pública dos Estados e do Distrito Federal.

- VETO TOTAL Nº 9/2020, o projeto vetado visava a assegurar o direito fundamental de acesso à informação, exigindo que os conselhos profissionais prestem contas da sua atuação e garantam a transparência de informações relativas aos registros dos profissionais e da sua atividade fiscalizadora.

Lamentamos que esses vetos sejam mantidos. Eles são inadmissíveis e a demonstração da insensibilidade do governo, onde itens como os benefícios de prestação continuada, o prazo para apresentação de atestados médicos durante a quarentena, o direito a programas contínuos de medicina ocupacional aos motoristas profissionais, são apenas exemplos.

Manteremos acesa a luta pela aprovação de novas leis que envolvam esses temas relacionados aos vetos que não serão derrubados hoje.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 2020.

Deputada Alice Portugal
PCdoB-BA

Deputada Jandira Feghali
PCdoB – RJ

Deputada Perpétua Almeida
PCdoB-AC

Deputada Professora Marcivânia
PCdoB – AP

Deputado Daniel Almeida
PCdoB-BA

Deputado Marcio Jerry
PCdoB-MA

Deputado Orlando Silva
PCdoB-SP

Deputado Renildo Calheiros
PCdoB-PE

